Mangas arregaçadas

Estudos sobre o estado, disponíveis na Internet, fornecem os dados necessários para a formulação de urgentes políticas de desenvolvimento

MÁRCIO BUENO

Os esforços que o governo do Maranhão vem empreendendo no sentido de atrair investimentos para o estado, e dessa forma impulsionar o desenvolvimento, incluíram o lançamento recente de dois trabalhos de peso: o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Portfólio de Investimentos. Ambos os trabalhos fazem uma radiografia do corpo e até – pela profundidade – da alma do estado, disponibilizando para os investidores uma massa de informações que eles dificilmente conseguiriam reunir, ou então levariam muito tempo e mesmo assim depois de contratar empresas especializadas.

Utilidade absoluta

Todo o trabalho está disponível gratuitamente ao público através do *site* do governo (www.ma.gov.br). Qualquer cidadão pode se inteirar da realidade do estado em seus mínimos detalhes e de suas potencialidades: estudiosos, jornalistas, empresários já estabelecidos no estado que queiram ampliar seus negócios ou investir em novas áreas, investidores de outros estados e de outros países. O trabalho que resultou no Zoneamento Ecológico-Econômico foi elaborado pela Embrapa Monitoramento por Satélite, com sede em Campinas, São Paulo, e o Portfólio de Investimentos, que é um estudo de identificação e promoção de investimentos no estado, foi realizado pelo consórcio Kingsley-Rosenberg.

Além de servir como uma espécie de guia aos potenciais investidores, os dois estudos vão balizar também as políticas públicas, orientando os investimentos do estado, identificando as áreas que mais necessitam de recursos, incluindo as sociais, projetando o que se faz necessário em infra-estrutura para garantir o desenvolvimento econômico sustentável, enfim, possibilitando o planejamento estratégico.

O Maranhão mapeado

O Zoneamento Ecológico-Econômico disponibiliza mapas do estado, das regiões e das microrregiões, fotos aéreas, dados numéricos e cartográficos, imagens obtidas por satélite, em 1984 e no ano 2000, o que permite a comparação da evolução tanto do desmatamento quanto da expansão agropecuária. As fotos mostram o estado, havendo a opção de se selecionar áreas mínimas e aproximá-las com alto grau de resolução. O trabalho não está pronto e nunca estará. A ele serão agregadas periodicamente novas e atualizadas informações numéricas e iconográficas.

O estudo foi contratado pela Geplan – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – e é bastante abrangente. Há *links* para mapas que indicam os espaços de preservação ambiental, parques, reservas indígenas; na área de infra-estrutura, há um mapa que mostra toda a malha viária do estado, incluindo rodovias federais, estaduais e municipais, rede ferroviária, portos e aeroportos; outro mostra o desenho de toda a rede de energia elétrica, com as distâncias e respectivas voltagens. A obra inclui informações topográficas e sobre os ecossistemas de todo o estado, servindo para orientar os investimentos no agronegócio.

No *link* para mapas e dados socioeconômicos, pode-se entrar nas páginas que fornecem informações sobre todo o estado, sobre cada região administrativa, ou sobre cada município. Escolhendo-se, por exemplo, o município de Balsas, pode-se optar por informações detalhadas sobre cada um dos seguintes itens: agronegócio, bancos, educação, energia e telefonia, população e cidadania, saneamento e saúde. Optando-se, por exemplo, por população e cidadania, obtém-se informações pormenorizadas sobre a população, divisão por faixa etária, número de eleitores, taxa de alfabetização, proporção das populações rural e urbana, crescimento populacional.

Se o pesquisador quiser dados sobre o agronegócio na região Sul do estado, vai obter dezenas de opções de *links*, que vão fornecer informações sobre o número de propriedades agrárias, proporção de propriedades de acordo com o número de hectares, produção anual

de cada uma das lavouras ou das criações, mão-de-obra ocupada em cada produto ou cada rebanho, índice de propriedades que controlam pragas e doenças. E o trabalho envolve uma certa interação – é possível aumentar ou diminuir as divisões apresentadas, bastando, no rodapé da página, alterar o "número de classes". Com isso obtêm-se informações ainda mais detalhadas. Ao lado aparece também qual o município, por exemplo, que menos produziu arroz e em que quantidade, qual o que mais produziu e também a média de produção dos municípios da região.

Números baixos

O empenho do governo estadual em atrair investimentos parte de um dado básico, definido pelo primeiro escalão do governo como o principal problema a ser enfrentado. O PIB do Maranhão é muito baixo. De acordo com dados do próprio governo do estado (que faz levantamentos próprios, discordando dos critérios do IBGE), em 1998 o PIB maranhense teria sido de R$13,3 bilhões. Se esse montante for dividido uniformemente pela população, todos ficam pobres, com uma renda anual de R$2.452,00. Os números do IBGE são ainda mais preocupantes, já que, segundo o instituto, nesse mesmo ano o PIB estadual teria sido de apenas R$7,2 bilhões, o que daria uma renda para cada maranhense de R$1.348,00 por ano, ou R$112,00 por mês, sem o décimo terceiro.

O gerente adjunto de Desenvolvimento Econômico, Arnaldo Lopes da Silveira, diz que o principal problema do Brasil é a má distribuição de renda e o do Maranhão ainda é a falta de renda. Essas iniciativas do governo estadual são exatamente para tentar criar renda internamente. No dia do lançamento dos estudos, no prédio do palácio do governo, diante de centenas de autoridades e empresários, a governadora Roseana Sarney disse que o estado só vai alcançar "a justiça social com o desenvolvimento econômico".

O Portfólio de Investimentos apresenta um conjunto de empreendimentos potenciais do setor produtivo articulados com investimentos em infra-estrutura, tudo isso combinado com o cenário de evolução dos mercados. O estudo elenca também todos os projetos já existentes nos setores público e privado. Através do portfólio, o estado procura atrair investidores brasileiros ou estrangeiros para que sejam parceiros principalmente nas atividades que considera mais promissoras, como turismo, siderurgia, construção, papel e celulose, plásticos, fruticultura e o agronegócio. O trabalho inclui projetos de desenvolvimento e zoneamento do Porto de Itaqui e também do Distrito Industrial de São Luís.

Além de servir como uma espécie de guia aos potenciais investidores, os dois estudos vão balizar também as políticas públicas, orientando os investimentos do estado, identificando as áreas que mais necessitam de recursos, incluindo as sociais.

Muito a fazer

O governo do estado faz projeções para um período que se estende muito além do final da atual gestão. Os estudos apontam para uma mobilização de investimentos nos próximos oito anos da ordem de R$20 bilhões, sendo R$8,2 bilhões em infra-estrutura e R$13 bilhões em empreendimentos de uma ampla gama de setores, que vão das pequenas agroindústrias da cadeia do babaçu até a elaboração de produtos acabados de alumínio. Os estímulos aos micro e pequenos negócios partem do pressuposto de que são esses os principais geradores de emprego e renda.

Mas diversos empreendimentos previstos são de alta tecnologia, exigindo mão-de-obra qualificada, como já é o caso do agronegócio no Sul do estado, na região de Balsas. Os produtores dessa região se ressentem da falta de profissionais de nível superior, mas também de técnicos de nível médio e até de trabalhadores capacitados a operar as máquinas sofisticadas que empregam na agricultura. Para contornar o problema, estão sempre trazendo profissionais do Sul do país. Diante dessa realidade, e para garantir que esses empregos sejam dos maranhenses, o governo está se preparando para começar a implantar, ainda este ano, 18 centros de capacitação tecnológica, cada um em uma região administrativa do estado.

Os centros deverão ser implantados e gerenciados pela Esae e pela FGV – Fundação Getulio Vargas –, em parceria com o Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica –, do Paraná, e com a USP. Os centros vão oferecer cursos de curta duração (por exemplo, para formar tratoristas), cursos médios, de 80 horas e também cursos para a formação de técnicos, com três anos de duração. Segundo o supervisor de Desenvolvimento Científico da Geplan, Jorge Aboud, todos os cursos compreenderão educação básica em disciplinas como matemática, física, química e biologia. O governo já fez um levantamento para identificar as demandas de cada região, que naturalmente são diferenciadas. Para uma, a maior necessidade é de torneiro mecânico, para outra, de técnico em irrigação ou tratorista, agrotécnico, guia turístico, técnico em informática.

A governadora Roseana Sarney finalizou o discurso, no lançamento dos dois estudos, dizendo que entende esses instrumentos como norteadores de uma política de desenvolvimento que traga melhoria das condições de vida da população e respeito ao meio ambiente.